CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
UNIDADE DE ENSINO: VITÓRIA DA CONQUISTA

SILAS ROCHA SANTOS
THAYARA NASCIMENTO CORDEIRO

AUTISMO E EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E DADOS SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR NO BRASIL.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2022

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
UNIDADE DE ENSINO: VITÓRIA DA CONQUISTA

SILAS ROCHA SANTOS
THAYARA NASCIMENTO CORDEIRO

AUTISMO E EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E DADOS SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR NO BRASIL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia - Centro Universitário UniFTC, Unidade Vitória da Conquista, como requisito avaliativo obrigatório para obtenção do título de psicólogo(a).

Orientador: Prof. Dr. Antônio Mauricio Moreno.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2022

CORDEIRO, Thayara Nascimento, SANTOS, Silas Rocha.
Autismo e educação infantil: desafios e dados sobre a inclusão de alunos autistas nas escolas de ensino regular no Brasil / Silas Rocha Santos, Thayara Nascimento Cordeiro. – Vitória da Conquista -BA, 2022.
XXII, 22 f.; 29 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) –Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, /Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista - BA, 2022.

Orientador (a): Prof. Dr. Antônio Maurício Moreno

1. Inclusão. 2. Autismo. 3. Psicologia escolar. I. Autismo e educação infantil: desafios e dados sobre a inclusão de alunos autistas nas escolas de ensino regular no Brasil. II. MORENO, Antônio Maurício). III. Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC/Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista - BA.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca XXXX

Título em inglês: Autism and early childhood education: challenges and data on the inclusion of autistic students in regular schools in Brazil.

Palavras-chave em inglês: Inclusion. Autism. School Psychology. Neurodevelopment.

Curso: Bacharelado em Psicologia

Banca Examinadora: Prof. Dr. Antônio Maurício Moreno (Orientador/Presidente da banca), Membro 2 (indefinido) Membro 3 (indefinido).

Data de defesa/apresentação: ___/___/ 2022.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Silas Rocha Santos

Thayara Nascimento Cordeiro

Autismo e educação infantil: desafios e dados sobre a inclusão de alunos autistas nas escolas de ensino regular no Brasil.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia - Centro Universitário UniFTC, Unidade Vitória da Conquista, como requisito avaliativo obrigatório para obtenção do título de psicólogo(a);

Orientador: Prof. Dr. Antônio Maurício Moreno.

Aprovado em: ____ de _____ de 2022.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio Maurício Moreno (Orientador/Presidente da Banca)

Assinatura: _____

Membro da Banca 2

Assinatura: _____

Membro da Banca 3

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À Deus, por nos conceber saúde e determinação na realização de nossos sonhos e projetos.

Aos nossos respectivos familiares e amigos, pela presença e apoio imprescindíveis nessa etapa final. Registramos, todo nosso respeito por àqueles que torceram pela conclusão e sucesso deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Antônio Maurício Moreno, pela disposição em orientar e participar do desenvolvimento da presente pesquisa.

Aos funcionários e colaboradores do curso de Psicologia da UniFTC, pelo trabalho e dedicação em proporcionar as melhores condições possíveis para o crescimento do curso.

CORDEIRO, Thayara Nascimento. SANTOS, Silas Rocha. **Autismo e educação infantil: desafios e dados sobre a inclusão de alunos autistas nas escolas de ensino regular no Brasil.** 2022. 18. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário UniFTC, Vitória da Conquista, 2022.

RESUMO

O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Sinais de alerta no neurodesenvolvimento da criança podem ser percebidos nos primeiros meses de vida, sendo o diagnóstico estabelecido por volta dos 2 a 3 anos de idade. A identificação de atrasos no desenvolvimento, o diagnóstico oportuno de TEA e encaminhamento para intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível, pode levar a melhores resultados a longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral. Este artigo é um estudo de revisão bibliográfica, realizado por meio das bases de dados virtuais de periódicos científicos, revistas de saúde, bases do Ministério da Saúde do Brasil e na *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO). Para encontrar os artigos científicos, foram utilizadas as ferramentas de pesquisa pela internet onde termos como: “TEA”, “*Inclusão escolar do autista*”, “*TEA na educação*” foram utilizados, sendo encontrados 23 (vinte e três) artigos que embasam este trabalho. Com base na pesquisa, esperamos deixar evidenciado a importância da inclusão escolar em portadores de TEA e o apoio da escola, uma vez que o diagnóstico geralmente ocorre em fase escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Autismo. Psicologia escolar. Neurodesenvolvimento.

CORDEIRO, Thayara Nascimento. SANTOS, Silas Rocha. **Autism and early childhood education: challenges and data on the inclusion of autistic students in regular schools in Brazil.** 2022. 18. Completion of course work (Degree in Psychology) – University center UniFTC, Vitória da Conquista, 2022.

ABSTRACT

Autism spectrum disorder (ASD) is a neurodevelopmental disorder characterized by the abnormal development of an individual's neural system, atypical behavior, deficits in communication and social interaction, repetitive and stereotyped behavior patterns, and, sometimes, a restricted repertoire of interests and activities. Warning signs in the child's neurodevelopment can be noticed in the first months of life, and the diagnosis is established at around the age of two and three. The identification of an individual's delayed neural development, a timely diagnosis of ASD, and referral to behavioral interventions and educational support at the earliest possible age can lead to better long-term benefits regarding brain neuroplasticity. The present article is a literature review carried out through scientific studies found on online databases of journals, health magazines, and the Brazilian Ministry of Health and the *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). The scientific works reviewed in this article were found through internet search engines using keywords such as: "ASD", "*School inclusion of autistic individuals*" and "*ASD in education*". In total, we have found 23 (twenty three) articles to support the present work. Based on this research, we hope to highlight the importance of the school's inclusion and support for people with ASD, since an individual's autism diagnosis usually occurs at school.

Keywords: Inclusion. Autism. School Psychology. Neurodevelopment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO
.....08

2 MÉTODO
.....11

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....
12

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....
20

REFERENCIAS 21

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado como "*O Autismo e educação infantil: desafios e dados sobre a inclusão de alunos autistas nas escolas de ensino regular no Brasil*" visa discutir acerca dos obstáculos mais comuns e constantes no dia a dia das escolas regulares de ensino em nosso país no processo de inclusão de crianças autistas.

O autismo tem sido estudado e analisado em diversas áreas, cada uma delas com um direcionamento distinto. Dentre elas, temos:

a) **A Psicologia:** o autismo é estudado enquanto um transtorno de saúde mental com características comportamentais e neurológicas específicas. O psicólogo possui algumas ferramentas e abordagens terapêuticas aplicáveis na avaliação e acompanhamento de crianças com o Transtorno do espectro autista.
b) **A Pedagogia*:*** é analisado enquanto um déficit de aprendizagem. Nesse caso, professores e monitores escolares precisam adaptar metodologia e práticas de ensino às condições desses alunos. Os recursos visuais podem ser bem explorados nesse contexto.
c) **O Direito:** o assunto é abordado no campo dos direitos humanos, no sentido de garantir e regular o sistema educacional. Existe lei[1]relativamente recente sobre o assunto.

Essas áreas do conhecimento dão suas próprias contribuições sobre o assunto, e que devem ser consideradas de acordo com o caminho de pesquisa que se quer traçar. Existem outras áreas que desenvolvem outras abordagens sobre o tema, mas, as referidas acima foram as escolhidas para desenrolarem o objetivo que este trabalho deseja atingir.

---

[1] Em 27/12/2012 foi sancionada pela Presidente da República, Dilma Rousseff, a Lei n. 12.764 (Lei Berenice Piana). A presente lei prevê a política nacional de proteção aos direitos da pessoa com Transtorno do espectro autista (TEA). Em seu art. 1º, parágrafo 2º, versa que o indivíduo diagnosticado com o espectro, *é considerado pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.* E em casos de necessidade comprovada, o aluno com TEA – incluído nas classes comuns de ensino regular – terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012, grifos nossos).

O autismo também recebe a nomenclatura “*TEA*”, equivalente a abreviação do nome “*Transtorno do espectro autista*”. Neste está inclusa a sigla “*DSM-VI*” que significa a presença de uma condição atípica no neurodesenvolvimento do indivíduo, lhe gerando um quadro comportamental bem particular. O autista apresenta comportamentos repetitivos, limitados e estereotipados, com dificuldades de comunicação e interação, podendo variar de um sujeito para outro. Sobre as características mais marcantes do autismo, Silva et al. (2012, p. 60, grifos nossos) explica que há um “conjunto de sintomas, com alteração em três áreas especificas: **a socialização, a linguagem/comunicação e o comportamento**”.

O desenvolvimento ocorre ainda na fase embrionária e também é influenciado por pré-disposição genética e fatores ambientais, dentre eles: doença mental materna, idade elevada dos pais, epilepsia materna, diabetes gestacional, etc. Quanto aos níveis de autismo, este pode ser classificado em:

a) **Nível I:** Neste caso, exige certo apoio. A criança apresenta um déficit notório na interação social e no desenvolvimento cognitivo, e possui com interesses restritos.
b) **Nivel II:** exige um maior apoio na interação social e desenvolvimento cognitivo, tendo respostas mais reduzidas. Apresentando limitações na comunicação verbal e não-verbal.
c) **Nivel III:** também chamado de autismo severo, nesses casos é grande a necessidade de apoio substancial para que haja alguma interação e comunicação verbal e não-verbal. O comportamento é repetitivo, ansiedade exagerada e grande dificuldade de desviar atenção dos rituais e interesses. Há um prejuízo maior no convívio social.

A frequência de estímulos e o nível de suporte oferecido à criança autista desde seu diagnóstico, é, sem dúvidas, um fator muito importante para o seu progresso. O diagnóstico, avaliação e acompanhamento da criança autista é da competência de diversos profissionais, o que explica dizermos que as limitações do autismo repercutem em várias áreas de desenvolvimento e da vida pessoal desse indivíduo.

Uma característica marcante do TEA é a de que seus portadores possuem uma percepção de mundo particular, o que, de diferentes maneiras, o afasta das outras pessoas. Autistas são, comumente, vistos como pessoas desconexas e aéreas. Mas, o que ocorre, é que esses indivíduos possuem um transtorno de desconexão em sua estrutura sensorial. Ainda não existem explicações racionais e científicas a respeito das causas desse transtorno cognitivo, nem mesmo uma perspectiva de cura.

Proporcionar uma educação igualitária e um trabalho educativo organizado e adaptado às necessidades de todos é dos maiores desafios da atualidade. Nesse sentido, Borges afirma: “um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando, assim, de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado” (BORGES apud BORTOLOZZO, 2008, p. 15).

A inclusão da criança autista requer preparo de toda a equipe profissional escolar. Os professores precisam estarem preparados para reconhecerem as características de um aluno com TEA para que o processo de aprendizagem ocorra com o maior grau de inclusão possível (FERRAIOLI et al. apud CABRAL et al., 2017). Importante que essa adaptação escolar se dê com bastante afinco, de modo que não gere frustrações aos professores no desenvolvimento do seu trabalho (CASTRO apud CABRAL et al., 2017).

A criança autista necessita de “acompanhamento educacional personalizado e individual” com “a presença de cuidadores” (SILVA et al., 2012, p. 75). O que, infelizmente, muitas instituições – particulares e públicas – ainda não têm condições de oferecer adequadamente.

2 MÉTODO

O estudo consiste em uma revisão bibliográfica de autores nacionais referência sobre o tema. As discussões apresentadas aqui se basearam no levantamento de estudos nacionais que abordam a inclusão escolar de crianças com TEA: revistas científicas eletrônicas (área de saúde e afins), a base de dados do *Ministério da Saúde*, da SCIELO (*Biblioteca eletrônica*

científica online), da LILACS (*Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde*, da Biblioteca virtual em Saúde (BVS) e do Portal de periódicos da CAPES.

Nesta etapa da pesquisa não foram realizadas visitas à instituições públicas de ensino, e nem entrevistas com profissionais da educação que trabalhem com crianças autistas. Neste momento, limitou-se a verificar dados apresentados por pesquisas já disponíveis sobre o tema e em regiões diversas do país. Sobretudo, não pode se afirmar que é um estudo superficial. É evidente que quanto maior o aprofundamento teórico sobre as características do TEA e o conhecimento sobre as condições de ensino ofertadas à essas crianças no Brasil, maior serão as contribuições sob um estudo de campo futuro.

A pesquisa teve como público alvo crianças diagnosticadas com o Transtorno do espectro autista de até 12 anos de idade e contou com a fundamentação teórica de 23 (vinte e três) pesquisas. Os dados e discussões fornecidas nesse material foram explorados de acordo com os objetivos da pesquisa, que, era o de detectar quais são as dificuldades mais marcantes no processo de ensino aprendizagem de alunos autistas.

Ao abordar as dificuldades do processo de ensino aprendizagem de crianças diagnosticadas com TEA, é comum que se ultrapasse o campo da Psicologia. A escola é um espaço importante tanto na fase de observação quanto na confirmação do diagnóstico de autismo. Ao acompanhar diariamente a interação e socialização dos alunos, a equipe escolar possui certa propriedade para descrever o comportamento de cada um deles. Esse pode ser o ponto de partida para que crianças autistas sejam devidamente diagnosticadas e que seus responsáveis sejam orientados sobre quais medidas e cuidados devem tomar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O sistema educacional brasileiro reconhece a necessidade de mudar aspectos gerais em sua organização e estrutura, especialmente no que diz

respeito ao oferecimento de condições adequadas para o acolhimento de crianças diagnosticadas com TEA.

Sob este propósito e uma ótica interdisciplinar, professores e escolas passaram a investigar o processo de ensino-aprendizagem de modo singular, e não mais de forma generalista. Assim, identificar as características individuais do processo de neurodesenvolvimento tornou-se um tópico de discussão no currículo escolar e na estruturação das séries.

Apesar de proposta algumas iniciativas, estudos no Brasil evidenciam que a inclusão integral de alunos autistas é um projeto inviável e que a maioria dos educadores possuem uma visão limitada quanto ao desenvolvimento da comunicação desses alunos (SCHMIDT apud WEIZENMANN et al., 2020).

Há o consenso de que esse cenário negativo a respeito da educação inclusiva em nosso país se deva à pouca oferta do Estado de cursos de aperfeiçoamento dos profissionais da rede pública de ensino. O treinamento e preparo desses profissionais para receber alunos autistas deveriam ser oferecidos com certa constância e com caráter obrigatório.

Segundo Gomes et al. *apud* Weizenmann (2020), boa parte dos professores trabalham focados em promover exclusivamente o contato desse aluno autista aos demais, o que reduz a escola à um simples “espaço de socialização”. Esse pensamento acaba por restringir o processo de ensino aprendizagem dessas crianças.

A conduta em focar toda a atenção na socialização da criança com TEA acaba por atropelar outras funções importantes da escola, dentre elas, a absorção dos conteúdos programáticos e o desenvolvimento das habilidades específicas de cada série. Se o propósito é que esses alunos acompanhem a turma de forma regular, é necessário que a educação ocorra em sua plenitude.

Esse debate demonstrou que o processo de escolarização de crianças autistas na atual perspectiva que se tem sobre educação inclusiva não atende à todas as necessidades de formação desse aluno. Professores entendem que o processo de inclusão reflete na aprendizagem de habilidades funcionais, e não em conteúdos formais. Em razão disso, é grande o número de alunos com defasagem escolar (SCHMIDT apud WEIZENMANN et al., 2020).

A ineficácia do processo de ensino e aprendizagem de alunos autistas em escolas regulares de ensino leva ao questionamento do que se entende por inclusão escolar no Brasil. Sobre isso, Ropoli afirma:

> A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os excluirá das suas turmas (2010, p. 8).

Não há como negar a densidade e complexidade dessa tarefa atribuída à educação institucional. A inclusão escolar só ocorre quando crianças de diferentes condições desfrutam dos mesmos espaços e dinâmicas. A proposta de inclusão escolar está longe de ser uma "bolha de proteção" de alunos com necessidades especiais, como se suas condições os impedissem de viver com plenitude, como os demais. Segundo a Declaração de Salamanca:

> Segundo a Declaração de Salamanca que traz a concepção de inclusão no seu sentido amplo; Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade 1994, p. 61).

Cabe deixar claro também que "integração escolar" não é sinônimo de "inclusão escolar", contudo, seus conceitos devem ser aplicados juntos. Não basta que o aluno autista torne-se parte da integralidade do ambiente escolar. É preciso garantir que ele participe do desenvolvimento das atividades e que absorva a metodologia de ensino programada.

A elaboração de uma metodologia aplicável à todos os alunos[2] sem que haja prejuízos ao desenvolvimento individual é desafiador. A medida que a demanda cresce, cresce também a necessidade de mais profissionais atuando juntos em uma mesma série e turmas. Isso significa a aplicação de mais investimento quantitativo e qualitativo nas escolas públicas e privadas.

---

[2] Alunos sem quaisquer limitações físicas ou mentais e alunos autistas ou com outro tipo de deficiência ou transtorno mental.

Rapoli complementa:

> Para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem, e isso traz a necessidade de rever os nossos conceitos sobre currículo. Este não pode se resumir às experiências acadêmicas, mas se ampliar para todas as experiências que favoreçam o desenvolvimento dos alunos normais ou especiais. Sendo assim, as atividades de vida diária podem se constituir em currículo e em alguns casos, talvez sejam "os conteúdos" que serão ensinados (2010, p.90).

A proposta e concordância em revisar o currículo escolar e as práticas pedagógicas pela comunidade escolar consistiu basicamente em priorizar o sucesso e eficácia da aprendizagem em todas as suas etapas, e não apenas o conhecimento técnico e as habilidades sociais esperadas.

Sobre este ponto, a Declaração da Salamanca complementa:

> Os currículos devem adaptar-se às necessidades da criança e não vice-versa. As escolas, portanto, terão de fornecerem oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos. As crianças com necessidades especiais devem receber apoio pedagógico suplementar no contexto do currículo regular e não um currículo diferente. O princípio orientador será o de fornecer toda a mesma educação, proporcionando assistência e os apoios suplementares aos que deles necessitem (1994, p. 22).

A oferta de uma rede de ensino público de qualidade é um dever do Estado, e que não se limita apenas à sua implementação. Mas, também a manutenção e fiscalização das condições em que esse serviço é prestado à população. A inclusão escolar é uma ação política em caráter local, estadual e federal. E tem de ser uma causa assumida por toda comunidade escolar. Na Declaração da Salamanca, leia-se que:

> Cada escola deve ser uma comunidade, conjuntamente responsável pelo sucesso ou insucesso de cada aluno. É a equipe pedagógica mais do que o professor individual, que se encarregará da educação das crianças com necessidades especiais, convidando, também os pais e voluntários a desempenharem um papel ativo no trabalho da escola. Os professores exercem, no entanto, ação fundamental como gestores do processo educativo, apoiando os alunos na utilização de todos os recursos disponíveis quer dentro quer fora da sala de aula (1994, p.22-24).

Ao desfrutar de todas as ferramentas e suporte material e pedagógico que a educação institucional deve ofertar, crianças autistas se desenvolvem bem, podendo superar em até certo nível suas dificuldades de concentração, comunicação e

interação. Os efeitos da inclusão escolar não são sentidos apenas por quem convive com o diagnóstico e seus familiares, mas também por toda a sociedade. Silva afirma ainda:

> A inclusão escolar teria o objetivo nobre de colocar as crianças com necessidades especiais em contato com seus pares, o que facilitaria seu desenvolvimento e ensinaria a todo o grupo que é possível conviver com a diversidade, na construção de um mundo melhor. Falar em inclusão é um tema delicado e complexo quando saímos da teoria e partimos para uma prática efetiva nas escolas (2012, p.112).

Vimos que pesquisas demonstram a falta de qualificação de professores e educadores na recepção de alunos autistas. Observa-se também que as habilidades e capacidades cognitivas e intelectuais dos alunos autistas não são devidamente exploradas. Ainda que importantes, os estudos sobre o assunto ainda são muito superficiais no nosso país. Pode-se afirmar que o conhecimento e contato dos professores com alunos autistas é bastante raso. É preciso aprofundamento e mais anos de prática pedagógica para compreender a abraçar as particularidades emocionais e sociais de uma criança com TEA.

O entendimento é de que a metodologia de ensino no contexto da educação inclusiva deve estar voltada especialmente ao desenvolvimento da linguagem e a construção de relações de confiança entre aluno e professor. Orrú argumenta que:

> A interação entre o professor e seu aluno é fundamental. No caso de crianças com TEA nem sempre o professor vê atitudes que demonstram uma ação de reciprocidade vinda de seu aluno [...] após a identificação de tal interesse, o professor organiza em seu contexto o ambiente para a aprendizagem, as motivações precisam ser trabalhadas por meio de conteúdos e materiais diversos, valorizando toda ação realizada por seu aluno, por meio da sua mediação (ORRÚ, 2012, p.12).

Tão importante quanto estabelecer relações de confiança entre professor e aluno é a motivação do trabalho educativo. A obtenção de resultados e o avanço na comunicação desses alunos são de grande estímulo para professores e monitores. É igualmente importante e necessário que a criança com TEA seja inserida em toda a programação escolar: sala de aula, dinâmicas, eventos e comemoração de datas festivas.

Orrú (2012) reforça que:

> O aluno com autismo é um ser humano que deve ser respeitado em seus limites. Assim sendo, a linguagem adentra todas as áreas de seu desenvolvimento, orientando sua percepção sobre todas as coisas e o mundo no qual está inserido. É pela linguagem que o aluno com autismo, em seu campo de atenção, aprendendo a diferenciar um determinado objeto de outros existentes, assim como construir ferramentas internas para integrar estas informações. Pela linguagem, também modificará seus processos de memória, deixando de ser engessado por uma ação mecânica de memorização, o que facilitará o desenvolvimento de uma atividade consciente que organiza o que deve ser lembrado. A linguagem proporcionará ao aluno com autismo maior qualidade em seu processo de desenvolvimento da imaginação, ação essa, em geral, tão comprometida em pessoas com a síndrome (2012, p.111).

A linguagem, é, portanto, uma grande ferramenta a ser trabalhada e explorada no processo de escolarização de crianças autistas. A linguagem está diretamente ligada a forma que esse indivíduo compreende o mundo e se comunica. Profissionais devem estar atentos ao planejamento metodológico, elaborado com consciência, cuidado, acolhimento e estratégia.

Existe o chamado “Planejamento Educacional Individualizado”, conhecido como PEI, uma ferramenta muito usada na Europa e América do Norte. É considerado uma proposta de organização curricular, que norteia a mediação pedagógica do professor, assim como desenvolve os potenciais do aluno, ainda que não estejam totalmente consolidados.

Nesse contexto, é importante o mapeamento do que já foi alcançado pelo aluno autista, e o que ele ainda precisa desenvolver para que se atinjam os objetivos traçados pela equipe de apoio. Ao professor, cabe criar condições para que os alunos superem sua situação atual vivenciada pela realidade social e também pelas condições biológicas\intelectuais, ou transtornos provocados por deficiência de ordem sensorial, intelectual, motora, comportamental ou física.

O Plano Educacional Individualizado, mais conhecido pela sigla PEI, é considerado como uma importante ferramenta para ser utilizado na prática pedagógica, pois visa a depender do estado das funções psicológicas, esse plano contribui para o desenvolvimento do raciocínio, atenção, memória, comparação,

entre outras coisas. As práticas pedagógicas devem ser readaptadas para atender a inserção desses alunos no ensino regular, conforme o nível de linguagem, direito este previsto pela PAE (profissional de apoio escolar). Observa-se também que o número de crianças com o espectro matriculadas nas escolas regulares, aumentou consideravelmente, o que requer mais profissionais e estrutura material para cumprir o direito ao atendimento educacional especializado (AEE), um serviço de educação especial.

O PEI atua como instrumento investigador do currículo para aplicação individual em discentes. A aplicação da PEI para alunos com autismo, é realizado em quatro etapas que devem ser seguidas criteriosamente:

a) Conhecer o aluno: análise do perfil do aluno, identificando suas potencialidades e deficiências, seus interesses e preferências, a bagagem cultural que ele já traz consigo.
b) Estabelecer metas: estabelecer metas a curto, médio e longo prazo para que o professor avalie o progresso do aluno.
c) Elaborar cronograma: elaboração de metas com determinada ordem e método a ser usado, e tempo a serem postas em prática.
d) Avaliar: esse é o momento de aferir os resultados dos métodos e práticas adotadas, apresentando as conclusões e o grau de assertividade.

Sobre a aplicação dessas etapas, Pereira e Nunes afirmam que:

> Os resultados do estudo revelam a eficácia do programa interventivo proposto, tanto no processo de escolarização do aluno, quanto na prática das docentes. Em termos acadêmicos, foram observadas melhorias na qualidade e tempo de permanência do aluno nas atividades de escrita após implementação do PEI (2018, p. 958).

Com a utilização do PEI observou-se uma melhora e avanços consideráveis na forma de comunicação e expressão dos alunos, suas interações e limitações. Isso permite ao professor a possibilidade de analisar melhor as falhas de desempenho através da diferença de conhecimentos e habilidades desses alunos antes e depois da aplicação do PEI.

Pode-se afirmar que o PEI auxilia de modo eficaz o aluno autista em seu processo de aprendizagem sem desconsiderar suas condições e necessidades

específicas registrando ainda todos os avanços e metas alcançadas de acordo com o nível de autismo. Além do mais, recicla as práticas pedagógicas de toda equipe escolar.

No universo educacional existem vários modelos de PEI que podem ser adotados de acordo com o bom senso e conhecimento do professor. Valendo lembrar que o modelo escolhido serve apenas como uma referência de orientação para o trabalho docente. Todo modelo de PEI é livre de readaptação de acordo com os sujeitos avaliados.

Como já mencionado acima, a linguagem é um elemento chave no progresso dos níveis de comunicação de alunos autistas, e consequentemente na sua interação com professor e demais colegas. Mesmo com as referidas deficiências cognitivas, é possível investigar a maneira como se comunicam a partir de comportamentos mais sutis explorados através de ferramentas mais visuais.

O déficit de socialização e comunicação caracterizados no autismo são, por si só, grande desafio no processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, ressalta-se que, mesmo apresentando um desenvolvimento deficiente nessas áreas, essas crianças são capazes de extrair do meio linguístico algumas pistas e as internalizar, para utilizá-las de forma contextual no seu cotidiano (PIMENTEL et al. apud CABRAL et al., 2017).

O processo de inclusão de alunos com TEA implica no conhecimento teórico dos professores a respeito do autismo, e, em seguida, no preparo prático e aprendizado diário e constante na construção de relações de confiança com seus alunos. Estabelecer relações de confiança com os alunos autistas é extremamente importante, e deve preceder à interação desse aluno autista com os demais da classe, sejam estes também autistas ou não (FAVORETO et al. apud WEIZENMANN et al., 2020).

As concepções dos docentes em relação à inclusão dos alunos com TEA são de grande valia nesse processo. Quando se constroem relações de confiança, paciência e criatividade entre alunos e professores, o processo de inclusão ocorre em maior velocidade e profundidade. E, consequentemente, repercute nas relações dos alunos autistas com os demais (sejam eles diagnosticados ou não com TEA.

O investimento no processo de formação de professores e pedagogos ainda durante a graduação é imprescindível. Esses profissionais precisam estar preparados para lidar e trabalhar com crianças e jovens com diferentes necessidades de aprendizado. Isso significa também a importância de serem orientados sobre as condições adversas encontradas na educação básica de ensino público em nosso país.

Sobre isso, Fumegalli afirma:

> A formação continuada deve ser objetivo de aprimoramento de todo professor, porque o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem. É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos (2012, p.40).

Em outras palavras, é importante que a bagagem cultural dos alunos não sejam desconsideradas no momento da programação pedagógica de professores e da escola em sua totalidade. Naturalmente, isso não ocorrerá em um único momento. A adaptação de toda a equipe escolar só é possível com a atualização de seus professores individualmente.

Observamos que nem todas as escolas públicas brasileiras tem condições estruturais para recepcionar alunos autistas ou portadores de outras necessidades especiais. Por terem conhecimento disso, muitas famílias de baixa renda desistem em manter a frequência de seus filhos autistas em escolas de ensino regular. Não é possível tratar de educação inclusiva sem considerar tantas outros obstáculos sociais, econômicos e políticos que impedem ou desaceleram o processo de inclusão.

Observou-se que alguns aspectos podem contribuir muito com a prática pedagógica adotada em sala com alunos autistas. Segundo Faria *apud* Cabral et al. (2017), conhecer as características que levam ao diagnóstico de autismo em todos seus níveis, é de suma importância para compreender o modo de funcionamento e interação social dessas crianças.

Vimos que o Transtorno do espectro autista se caracteriza marcadamente por prejuízos na comunicação e na interação social da criança, que apresenta (em diferente grau e frequência) comportamentos estereotipados e repetitivos. Reconhecer esses marcadores é essencial para estabelecer práticas de ensino adequadas. Também é muito importante uma observação mais apurada por parte dos responsáveis, visto que, todas as habilidades desenvolvidas pela criança no contexto escolar repercutem no ambiente doméstico. A família deve identificar o progresso dessa criança e estabelecer um diálogo constante com a escola.

Ao passar por avaliação de outros profissionais, será necessário também que estes estejam cientes das condições e do andamento e progresso escolar da criança, seja qual série essa estiver cursando.

As pesquisas desenvolvidas em torno do Transtorno do espectro autista são imprescindíveis para a conscientização dessa condição, impedindo também o isolamento e o estigma sobre indivíduos portadores do autismo.

Outros estudos nos revelam também que a participação os alunos autistas dentro da dinâmica de sala é ainda pequena. Há pouca interação de crianças autistas com as demais (GIARDINETTO apud WEIZENMANN et al., 2020).

Um estudo realizado na rede de ensino público do estado de São Paulo, revelou as atividades propostas para alunos autistas dentro de sala de aula se resumem à transcrição de textos e cópia de materiais. Podendo afirma-las como sendo tarefas bem infantilizadas e repetitivas que nada contribuem no progresso diário desse aluno (CRUZ apud WEIZENMANN et al., 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo proporcionou um resgate importante sobre fontes de leitura e conhecimento acerca da inclusão escolar de crianças autistas, além de servir enquanto um esboço sobre os principais pontos investigados nessa área**.** Contudo, observamos que pesquisas na área ainda estão longe de atingir uma quantidade ideal. Ainda é grande a necessidade de mais estudos brasileiros sobre o assunto.

Dessa forma, destaca-se a carência de estudos que contemplem a interação entre gestores, professores e pais no processo de inclusão escolar, para promover as mudanças necessárias na escola. Espera-se que os estudos sobre inclusão

possibilitem compartilhar a realidade escolar, as práticas e as experiências vivenciadas neste contexto com os órgãos governamentais, com vistas a incentivá-los a fomentar mais pesquisas nessa área.

Ressalta-se que já existem trabalhos sobre as condições biomédicas do TEA que se vinculam a uma noção de déficit e prejuízos psicológicos, fonoaudiólogos e sociais. O esclarecimento dos níveis dessas condições são importantes para estabelecer o nível do autismo diagnosticado.

Sob uma perspectiva filosófica e sociológica, Canguilhem *apud* Gaudenzi (2014), no âmbito das teorias ontológicas da doença, argumenta que o indivíduo com TEA é visto como um ser que, à revelia das condições sociais, reduz o indivíduo ao diagnóstico. Essa reflexão reflete o estigma lançado sobre indivíduos que vivem com o autismo. É como se não houvessem outros fatores a serem considerados na história desse sujeito, senão sua doença diagnosticada.

Sendo assim, é seguro afirmar que a compreensão multifatorial do Transtorno do espectro autista consiste em não anular a realidade particular dos indivíduos que convivem com o autismo. As condições materiais de vida desse sujeito precisam ser consideradas, pois influenciam seu desenvolvimento em sociedade, seu exercício pleno da cidadania. Investigar o contexto de vida desse público é essencial para compreender em que pé estão as condições de acessibilidade em nosso país.

O acompanhamento do desenvolvimento e progresso de crianças autistas não é engessado. Mas, podemos resumir a questão afirmando que as avaliações de crescimento dessas crianças são baseadas em estímulos.

A concepção sobre inclusão escolar tende, por sua vez, a se limitar ao arcabouço de conhecimentos pedagógicos especializados, supostamente capazes de normalizar, cuidar ou curar o estudante.

REFERÊNCIAS

BORTOZOLLO, Ana Rita Serenato. Banco de dados para o uso de tecnologias da informação e comunicação na prática pedagógica de professores de alunos com necessidades educacionais especiais. In: BORGES, José A. **As TICs e as tecnologias assistivas na educação de pessoas deficientes**. Curitiba, 2008. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação: Teoria e

Prática pedagógica na formação de professores, Pontíficia Universidade Católica do Paraná.

BRASIL. Lei Federal no 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. In: BAGAROLLO, M. F; RIBEIRO, V. V; PANHOCA, I. **O brincar de uma criança autista sob a ótica da perspectiva histórico-cultural**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, 2017. Disponível em: httos://www.scielo.br/j/edur/a/LwWFfpwcvWRvdwLTkMvdWF/?lang=pt&format=pdf

_____. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. In: CASTRO, R. C. M. D. **Vozes no silêncio: um grupo de formação crítico reflexiva de professoras de alunos com autismo.** Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, 2017. Disponível em: httos://www.scielo.br/j/edur/a/LwWFfpwcvWRvdwLTkMvdWF/?lang=pt&format=pdf

_____. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. In: FARIAS, I. M. D.; MARANHÃO, R. V. D. A.; CUNHA, A. C. B. D. **Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise de mediação do professor com base na teoria da experiência de Aprendizagem mediada.** Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, 2017. Disponível em: httos://www.scielo.br/j/edur/a/LwWFfpwcvWRvdwLTkMvdWF/?lang=pt&format=pdf

_____. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. In: FERRAIOLI, S. J.; HARRIS, S. L. **Effective educational inclusion of students on the autismo spectrum**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, 2017. Disponível em: httos://www.scielo.br/j/edur/a/LwWFfpwcvWRvdwLTkMvdWF/?lang=pt&format=pdf

_____. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. In: PIMENTEL, A.; G.; L.; FERNADES, F. D. M. **A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo.** Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, 2017. Disponível em: httos://www.scielo.br/j/edur/a/LwWFfpwcvWRvdwLTkMvdWF/?lang=pt&format=pdf

DECLARAÇÃO DA SALAMANCA: Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acessado em 25 de maio de 2022.

GAUDENZI, Paula. A tensão naturalismo/normativismo no campo da definição da doença. In: CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental. São Paulo, v.25. n. 1, dezembro de 2014.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. In: BORTOZOLLO, Ana Rita Serenato. **Banco de dados para o uso das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores de alunos com necessidades especiais.** Revista Educação Pública, v. 20, n. 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista

_____. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. In: CUNHA, Gracielle Rodrigues da; BORDINI, Daniela; CAETANO, Sheila Cavalcante; In: **Autismo, transtorno do espectro do autimo.** Revista Educação Pública, v. 20, n. 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista

OLIVEIRA, Maria da Luz dos Santos. Formação docente e inclusão de alunos com transtorno do espectro autista: algumas reflexões. In: ORRÚ, Silva Ester. **Autismo, Linguagem e Educação- interação social no cotidiano escolar.** Orientador: Dra. Sandra Alves. Junho de 2016. 51 fl. Monografia. Universidade Federal da Paraíba, 2016.

_____. Formação docente e inclusão de alunos com transtorno do espectro autista: algumas reflexões. In: ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Orientador: Dra. Sandra Alves. Junho de 2016. 51 fl. Monografia. Universidade Federal da Paraíba, 2016.

_____. Formação docente e inclusão de alunos com transtorno do espectro autista: algumas reflexões. In: SILVA. Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular Entenda o Autismo.** Orientador: Dra. Sandra Alves. Junho de 2016. 51 fl. Monografia. Universidade Federal da Paraíba, 2016.

WEIZENMANN, Luana Stela. SZARESKI, Aparecida Pezzi. ZANON, Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. In: CRUZ, T. S. U. R. **Acompanhamento da experiência escolar de adolescentes autistas no ensino regular.** Psicologia escolar e educacional. São Paulo, V. 26, novembro de 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/NwnK5kF4zM9m9XRynr53nwF/?lang=pt

_____. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. In: GIARDINETTO, A. **A educação do aluno com autismo: um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do currículo funcional natural.** Psicologia escolar e educacional. São Paulo, V. 26, novembro de 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/NwnK5kF4zM9m9XRynr53nwF/?lang=pt

_____. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. In: GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. **Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte.** Psicologia escolar e

educacional. São Paulo, V. 26, novembro de 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/NwnK5kF4zM9m9XRynr53nwF/?lang=pt

_____. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. In: SCHMIDT, C.; NUNES, D. R. P.; PEREIRA, D. M.; OLIVEIRA, V. F.; NUERNBERG, A. H.; KUBASKI, C. **Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas**. Psicologia escolar e educacional. São Paulo, V. 26, novembro de 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/NwnK5kF4zM9m9XRynr53nwF/?lang=pt